

# ‘A UFAL PRECISA SER MAIS DEMOCRÁTICA’

Eleita reitora da Universidade Federal de Alagoas na semana passada, a professora Valéria Correia diz que a instituição merece ser mais participativa, com os três segmentos – docentes, técnicos e estudantes – mais entrosados nas discussões da comunidade acadêmica

MARCOS RODRIGUES  
REPÓRTER

Na primeira semana após ser eleita para comandar os rumos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) no cargo de reitora, a assistente social e professora PhD Maria Valéria Costa Correia, 53 anos, conversou com a *Gazeta* sobre a transição para tomar posse e a grande auditoria que irá fazer para “separar” as contas da gestão atual, que se inicia no mês de dezembro. Ela também reafirmou o compromisso em contribuir para o debate em torno da autonomia da Ufal, assim como o permanente diálogo com a comunidade acadêmica, a sociedade por meio dos movimentos sociais e, ainda, com a bancada federal da Câmara dos Deputados e do Senado, para garantir recursos para projetos de ampliação da estrutura da universidade. Ela também fez questão de dizer que o momento é de diálogo e tranquilizou os adversários que não fará nem permitirá nenhum tipo de perseguição. Valéria Correia tem 21 anos de Ufal e demonstrou conhecer todas as particularidades da vida acadêmica.



Valéria Correia também discorda da maneira como a gestão do HU mudou após a criação da Ebserh

**Gazeta. Durante a campanha a senhora disse que “uma outra Ufal é possível”. Que universidade é essa?**

**Valéria Correia.** Uma Ufal essencialmente democrática, participativa, com os três segmentos [docentes, técnicos e estudantes]. Uma Ufal socialmente referenciada, com a sociedade presente desde os encaminhamentos dados, até o atendimento a suas demandas; propondo, por meio de um conselho, dentro da Pró-Reitoria de Extensão, com participação social com os movimentos. E, também, iremos realizar o II Fórum Social Alagoano, como fizemos em 2005, com a participação de 1 mil pessoas, evento que segundo alguns foi o primeiro em que o povo esteve realmente presente: pescadores, sem-teto, sem-terra, movimentos culturais que vieram dizer que universidade eles querem.

**Outra coisa muito presente também foi seu discurso sobre autonomia. Seus adversários em algum momento até a criticavam. Como isso vai funcionar?**

Primeiro: autonomia é um princípio constitucional das autarquias e universidades, está na Constituição em seu artigo 207. As universidades têm autonomia frente aos espaços externos, então é uma reitoria e uma gestão que escute a sua comunidade acadêmica.

**Como seria um exemplo concreto disso? Já é possível destacar?**

Sim. Vou dar um exemplo concreto da autonomia que defendemos, que é a constitucional. Há um ano, passamos por um processo de debate sobre a entrega ou não para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), por meio de uma lei federal. Só que a entrega seria uma decisão interna da universidade. Aí é onde entraria nossa autonomia, frente a uma orientação do governo federal, nós poderíamos decidir se seguiríamos ou não. Mas isso ouvindo a comunidade. À época, como sou uma militante da área e tenho publicações sobre esse tema [ela dá palestras, participa de bancas e pesquisa essa área], me aprofundi e acompanhei que várias universidades – como as federais do Rio de Janeiro e Santa Catarina – não aderiram por se utilizarem do princípio da autonomia, depois de consultar sua comunidade universitária. Na UFSC foi feito até um plebiscito. Também fizemos isso aqui: de 8.200 consultados, 8 mil fo-

ram contra, mas ainda assim o Hospital Universitário foi entregue.

**No caso desse contrato com a Ebserh, ele corre o risco de ser revisto?**

Foi assinado um contrato de gestão de 20 anos, mais ou menos há um ano e sete meses atrás. Eu vou reafirmar o que a gente falou durante a campanha porque esse é o caminho. Primeiro, a rejeição à Ebserh e à gestão pela empresa, que é a mesma gestão do passado. O superintendente é o mesmo gestor de 10 anos que vem conduzindo, assim como as gerências também são as mesmas reconduzidas sem respeito às consultas à comunidade. Vinham sendo reconduzidos de forma autocráticas pela atual gestão da universidade. A nossa eleição e a rejeição explícita à atual gestão, com quase 80% dos votos, já foi colocada com o resultado das urnas. Então, em princípio, eu já me comprometi em mudar a superintendência, que é o que nos cabe, e fazer negociações, acompanhar, fiscalizar, respeitar os trabalhadores do regime jurídico único que estão há muitos anos na Ufal.

**Mas e os novos contratados?**

Claro que os novos empregados públicos da empresa, que fizeram o concurso, também têm que ser ouvidos. Mas vamos acabar com os conflitos e a falta de respeito a quem já estava lá há anos.

**Voltando ao contrato, ele poderá ser revisto ou desfeito?**

Sobre o contrato, não vamos fazer nada que seja ilegal. O próprio contrato permite sob certos termos essa transição. Vai tudo ter legitimidade, legalidade e democracia em todos os nossos atos, numa possível transição. A gente pensa que é possível, mas também vamos consultar a comunidade. Nenhuma decisão será tomada de forma autocrática, como vinha ocorrendo.

**A eleição para reitor teve uma baixa participação e, ainda assim, houve uma grande disputa. A universidade ficou muito dividida. Com isso a senhora teme alguma oposição?**

Não. A oposição no espaço da universidade é própria do ambiente acadêmico. Somos dialéticos e o centro dos debates, e que bom que não existam um movimento unívoco e um pensamento só. Se existisse, aí, sim, teria



**“Vou ser uma reitora da Ufal como um todo e vou escutar todas as demandas. Os princípios são públicos e isonômicos. Toda nossa gestão será pautada pela transparência. Respeitamos o apoio expressivo da outra candidatura. E aproveito para garantir que não haverá perseguição”**

alguma coisa errada. Já disse e repito que já participei do pleito anterior, há quatro anos. À época, a vitória deles [a gestão atual] foi mais apertada que a nossa. Agora, já eleita, a disputa pela gestão acabou. Vou ser uma reitora da Ufal como um todo e vou escutar todas as demandas. Os princípios são públicos e isonômicos. Toda nossa gestão será pautada pela transparência. Respeitamos o apoio expressivo da outra candidatura. E aproveito para garantir que não haverá perseguição, assédio moral ou retaliação institucional. Sou, hoje, uma reitora eleita e serei uma reitora que respeitará todos os nossos princípios.

**Tivemos a chance de ouvir durante a campanha que 2016 será um ano difícil quanto a recursos federais. O reitor é um gestor de recursos. Como a senhora pensa em adequar o programa apresentado na campanha à realidade da universidade?**

As verbas vêm sendo contingenciadas e isso não é uma realidade

de só da Ufal. Eles existem e dissemos que sabíamos do problema que iremos enfrentar, porque as notícias são de que há universidades atrasando pagamento de terceirizados. Mas temos uma tranquilidade também porque não propusemos nada que foi utópico. Nossa pauta foi dentro das necessidades básicas. Agora, quando a gente planeja, certamente essa crise vai continuar por alguns anos, ela pode ser revertida especialmente por meio de uma luta por meio da Andifes, até porque “Pátria Educadora” combina com recursos e não cortes. Nesse sentido, vamos negociar os contingenciamentos e aliviar. Vamos ter projetos. Temos que pautar e ousar. Concordo com a psicanalista alagoana Nise da Silveira, que dizia que é preciso “nadar contra a corrente”. A ousadia está na paixão que temos pela universidade pública.

**É aí que se encaixa o Orçamento Participativo, ao qual também foi dito em campanha?**

Nosso desafio é colocá-lo para a sociedade; ela vai saber e vai nos ajudar, porque pretendemos fazer um diálogo com nossos representantes em nível federal [bancada da Câmara e do Senado]. Precisamos de um Centro de Convenções para as atividades da nossa comunidade e a do entorno da universidade. Precisamos de um espaço cultural, o que para nós será um complexo. Tem as emendas parlamentares, que temos a ideia de fazer, inclusive, em audiências públicas com os deputados federais. Eles precisam participar e vamos apresentar essas propostas.

**Como será sua atuação em relação aos campi do interior?**

Nós entendemos que o processo de expansão aconteceu no Brasil e para nós foi muito importante. Agora nós vamos equalizar quantidade com qualidade. E aí vamos fazer um processo de descentralização e acontecerá com pessoas que vêm dos campi fora de série. A curto prazo, vamos descentralizar o processo administrativo e financeiro, que inclusive vai revitalizar a economia local, isso também dinamiza o comércio e os laços com as comunidades no interior. A longo prazo, teremos que criar as condições para a criação da Universidade do Semiárido juntando os campi de Arapiraca e do Sertão. Isso já existe em outros estados. Nós também apontamos neste sentido. Os

campi já demandam essa autonomia e isso vai ser gerido com eles. Será uma descentralização progressiva, até a emancipação.

**Como está sendo montada sua equipe? Já há indicações, negociações em curso?**

As pró-reitorias são indicações do reitor. Vamos manter isso. Nós sinalizamos algumas delas no processo do segundo turno. A gente já tem, mais ou menos, alguns nomes. Mas posso afirmar que o critério será técnico, somado à experiência na área e à capacidade de gerir as áreas. Sempre seguindo os princípios de democracia, autonomia e criticidade, além do diálogo. Temos valiosos quadros e é claro que alguns serão trocados.

**Sobre a transição para efetivar tudo isso, além do acesso a números e documentos, quando começa?**

Conversei hoje [ontem] com o magnífico reitor Eurico Lôbo. Vamos iniciar esse processo a partir de amanhã [hoje]. Nesta terça-feira, iremos indicar alguns nomes e a atual gestão também. Já há um espaço para isso e vamos trabalhar. Como o próprio reitor já falou, o mês de novembro e dezembro é um período crítico porque os recursos têm que ser alocados, para não serem devolvidos. Nós acordamos que há três aspectos que iremos priorizar: o orçamento e os concursos, pois precisamos agilizar para não prejudicar a gestão. A terceira questão será uma pró-reitoria de infraestrutura, porque irá definir a nossa gestão. Tudo será assinado pelo atual gestor. Devo assumir no dia 3, porque tem sido assim. Mas, conforme o reitor, isso será definido pelo Ministério da Educação. No dia 12 de novembro aprovam o encaminhamento da lista tríplice para a presidente da República. Quanto à posse, tudo será definido pelo MEC. Pode ser até em janeiro.

**Há a necessidade de se fazer uma auditoria para separar os números e contas da gestão?**

Sim. É normal se fazer. Estamos discutindo ainda, mas é normal que se faça para sabermos o que foi realizado ou empenhado para que nós assumamos sabendo qual a nossa herança e o que está para acontecer. Já estamos com uma assessoria jurídica nos acompanhando e isso é uma pretensão nossa. Mas nada que atrapalhe o nosso trabalho. ◻